

A distensão gradualista: elaboração civil e militar no projeto estratégico de Golbery e Geisel (1972/1973)

*Rejane Carolina Hoeveler**

A presente comunicação tem por objetivo apresentar parte dos resultados de nossa pesquisa e dissertação monográfica de conclusão do curso graduação de História da UFRJ, cujo tema é o projeto de distensão política articulado por estrategistas civis e militares associados ao regime ditatorial implantado no Brasil a partir de 1964. Enfocando o período imediatamente anterior à posse de Geisel, procuramos evidências da elaboração do projeto distencionista que começaria a ser efetivamente implementado depois de 1974. A estreita relação estabelecida neste período entre intelectuais orgânicos militares, acadêmicos e membros do parlamento em torno da viabilização de uma transição controlada e conservadora é o principal alvo de nossa investigação.

Partimos do pressuposto teórico de que as Forças Armadas são uma instituição central do Estado, que, enquanto aparelho de dominação de classe, se utiliza tanto da formação de consenso quanto do manejo do monopólio exclusivo da força. Se enquanto instituição tem por cláusula pétrea a unidade e a coesão, as FFAA também são atravessadas pelos conflitos sociais e políticos mais amplos. Por intelectual orgânico, entendemos, tal como conceituou o marxista Antônio Gramsci,¹ que é aquele que se vincula a um projeto de poder, de classe ou fração de classe, cuja tarefa é a de cimentar o consenso social, ou de liderar o dissenso.²

No registro teórico que nos inserimos, a distensão controlada, tal como foi planejada, pode ser interpretada como mais um movimento da longa contra-revolução

* Graduanda em História pela UFRJ.

¹ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

² Seguindo este conceito, Dreifuss criou o termo “elite orgânica”, que são “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe”; a elite orgânica, para Dreifuss, não deve ser vista como epifenômeno no nível político da estrutura econômica, mas é ela a responsável por transpor as exigências diretas da esfera de produção para o plano da ação política, com autonomia relativa. DREIFUSS, René A. *A internacional capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.p.24 e 30.



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO

ISBN 978-85-65957-00-7

preventiva brasileira, objeto de análise de Florestan Fernandes.³ A constituição hipertardia do capitalismo brasileiro, somada às reminiscências coloniais, teria forjado por aqui uma tradição política profundamente autoritária entre as classes dominantes, o que implicava numa incapacidade, para a burguesia brasileira, de realizar as tarefas históricas da modernização por uma via democrática, como ocorreu em outros países. Assim, para Fernandes, a ditadura implantada em 1964 seria a culminância do processo da “revolução burguesa” no Brasil, que foi, na verdade, uma história de contrarrevolução permanente e preventiva. O golpe representou uma fase “a quente” deste processo histórico, instalando um regime explicitamente burguês e modernizante conservador, enquanto que a distensão significou a

“busca gradual de uma alternativa: uma almejada democracia forte, que não faria outra coisa que prolongar a ditadura de classes concentrada e a contrarrevolução de modo menos aberto e menos visível, ‘institucionalizando’ e por aí *legitimando* a própria contrarrevolução. (...) Na medida em que a pressão direta das classes trabalhadoras e das massas populares não é o fator principal dessa transição ela é determinada, regulada e contida pelos interesses das classes e frações de classes dominantes”.⁴

A hipótese da ditadura militar de 1964 como um regime de classe, que implementou *manu militari* o projeto da fração mais avançada do capital multinacional-associado, a qual ganhou grande impulso no Brasil a partir dos anos 1950, foi demonstrada por René Armand Dreifuss.⁵ Segundo o cientista político, as linhas gerais da política levada a cabo pelos governos empresariais-militares a partir do golpe foram formuladas nos quadros do complexo IPES/IBAD/ESG.

Neste sentido, seguimos aqui a periodização proposta pelo historiador Renato Lemos, para quem o golpe de 1964 condensa o entrecruzamento entre determinações históricas inseridas no tempo longo, médio e na curta duração, tendo a contrarrevolução como grande elemento unificador destes tempos na história do Brasil do período. De acordo com Lemos, em 1974 se abre a fase da contrarrevolução democrática, (ou “a

³ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

⁴ FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p.160 e 161.

⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, golpe e poder de classe*. 4ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

frio”, nas palavras de Fernandes), impulsionada tanto pelo medo do desgaste sobre a unidade militar (especialmente por causa das disputas pelo controle do Estado, bastante explícito, por exemplo, na sucessão de Costa e Silva, em 1969) quanto por mudanças na conjuntura internacional (com a criação, por exemplo, da Comissão Trilateral em 1973, que tinha como um dos objetivos assessorar processos de transição controlada). A periodização proposta por Lemos contraria, também, a noção bastante difundida de uma oposição entre “brandos” e “duros”, insuficiente para explicar as distinções entre as posições ideológicas internas nas FFAA. Afinal, foram os chamados “moderados” (associados a posições mais liberais) que criaram o SNI, editaram o AI2, suprimiram os partidos e tornaram indiretas as eleições presidenciais, promulgaram a Constituição de 1967 e o fechamento do Congresso em 1977.

Porém, acerca das determinantes especificamente militares do projeto distencionista, existe extensa literatura. Na visão de alguns autores, a facção militar que teria retomado o controle com a posse de Geisel tinha como objetivos principais a restauração da disciplina interna das FFAA e a manutenção da segurança do regime e do próprio Estado. O objetivo “corporativo” estratégico teria tido, nesta linha interpretativa,⁶ grande importância na compreensão dos motivos da distensão, para além da pressão social e política que neste período estava silenciada pelos meios repressivos. Embora permaneçam num registro teórico diverso do adotado aqui, estas contribuições forma muito importantes para a análise da variante militar nas determinações que se fizeram presentes na elaboração descompressiva.

Intervenções políticas diretas prolongadas sempre aprofundam, segundo Alfred Stepan,⁷ uma polarização política internalizada (especialmente nas questões sucessórias), prejudicial à manutenção da corporação, baseada na unidade e profissionalização. Para o autor, existe um conflito entre os militares enquanto governo, os militares enquanto comunidade de segurança e os militares enquanto instituição. Embora, para Stepan, Geisel não tenha sido escolhido para a realização de um projeto

⁶ Podemos incluir aqui Walder de Góes em: GÓES, Walder de & CAMARGO, Aspásia. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁷ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

distencionista (devido, entre outros, à enorme resistência da comunidade de segurança), ele e Golbery foram os arquitetos inquestionáveis da distensão.

Outros autores compartilharam desta visão ao tratar das motivações do chamado grupo castelista para a iniciativa de abertura – evidentemente, a partir do pressuposto com o qual estamos de acordo, o de que esta iniciativa não foi fruto diretamente de uma crise política, e sim resultado primordialmente de um planejamento estratégico preventivo⁸. Se a cláusula pétreia da existência das FFAA é a coesão institucional, a “partidarização” interna e mais do que isso, o exercício direto do poder por um período prolongado poderia ser corrosivo para a instituição. Assim, somente uma retirada ordenada da corporação e a colocação do poder nas mãos de civis “responsáveis” poderia assegurar um retorno seguro à disciplina hierárquica, e Geisel era a figura certa para restabece-la. A extrema autonomização dos aparelhos repressivos, típica de ditaduras como a brasileira, em especial no momento aqui em tela, passaria, nesta visão, a ser um fator de instabilidade para o próprio regime.

Segundo Eliezer Rizzo, no Brasil,

“o autoritarismo trouxe consigo um alto grau de imprevisibilidade de ação para o aparelho militar. A imprevisibilidade, expressão da crise de uma instituição fundada na hierarquia e na disciplina, bases da previsibilidade, abre espaço aos grupos que buscam a plena implantação do autoritarismo, mas possibilita contraditoriamente uma ação política, seja de resistência, seja de iniciativa de distensão.”⁹

De acordo com Rizzo, “motivações de ordem democrática” também estiveram presentes no grupo castelista, o que teria se combinado com um cálculo político dos custos do autoritarismo para o *ethos* militar; calculada racionalmente, a distensão assim planejada implicou na manutenção de uma grande capacidade de pressão das FFAA posteriormente.

Segundo Suzeley K. Mathias, “o fato de ser a instituição, e não um ator individual, que assume o poder cria possibilidades de crises internas às próprias Armas e delas com relação ao governo, o que colocava a necessidade de seu afastamento, mais

⁸ Como demonstrou o historiador Aloysio A. C. de Carvalho em sua tese de mestrado: CARVALHO, Aloísio H. C. de. *O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989

⁹ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *De Geisel a Collor. Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas (SP): Papyrus, 1994. p. 63.

cedo ou mais tarde, do poder do Estado”.¹⁰ Isto é, o projeto ditatorial nunca foi, a despeito dos interesses específicos dos setores da Comunidade de Segurança, manter-se no controle do Estado indefinidamente. Na interpretação aqui seguida, a manutenção das FFAA no domínio do Estado durou enquanto foi necessária para atingir aquelas metas almejadas pelos setores que conspiraram pela derrubada do regime existente no pré-1964, e deixou de ser necessária no momento mesmo da consolidação destas metas.

De fato, no início dos anos 1970, com os resultados econômicos do chamado “milagre” e com a oposição extra-legal já em sua maior parte dissipada, as grandes metas do projeto delineado no golpe já haviam sido atingidas. Conformou-se então, neste período, um “debate” estratégico entre intelectuais orgânicos e direções militares, que a partir de uma caracterização daquele regime, visava elaborar formas controladas de transição.

Ainda em agosto de 1972, o senador Arnon de Mello, em nome da Liderança da ARENA, leu um longo documento de balanço da “Revolução”, no qual constava o tópico “*Alcançadas as Metas*”:

“As metas da Revolução foram alcançadas. A instabilidade interna e a agitação social desapareceram. A inflação baixou e o PIB se elevou. O capital ocioso foi utilizado através da taxa de câmbio flexível, liberada e atualizada constantemente, e do crescimento das exportações.”¹¹

E também a representação majoritária do MDB considerava que se vivia no país um momento de relativa estabilidade em relação aos anos anteriores, como ficou explícito nas palavras do senador paraibano Ruy Carneiro:

“Já alcançamos uma etapa importante no plano da autonomia econômica. Abre-se para o País, com o nosso mais caloroso aplauso, a perspectiva de nossa afirmação como nação desenvolvida. O perigo do comunismo (...) já se acha desfeito. Cumpre-nos agora marchar para a união nacional.”¹²

Apesar da proibição de discussão na imprensa de todos os temas relativos à democratização, abertura, sucessão, etc, passaram a ser publicizadas posições em

¹⁰ MATHIAS, Suzeley K. *Distensão no Brasil. O projeto militar*. Campinas (SP): Papyrus, 1995, p.37.

¹¹ *Anais do Senado*, 30 de agosto de 1972, p.304 em diante.

¹² *Anais do Senado*, 18 de abril de 1972, p.25.

relação à necessidade de mudanças no regime. Um artigo de Roberto Campos, publicado 04 de novembro de 1971 em *O Estado de São Paulo*, defendia o início do processo de institucionalização política no Brasil, avaliando que não eram mais necessários os instrumentos repressivos antes primordiais, pois estes já haviam cumprido sua tarefa. Já em 1971 o general Souto Malan, então chefe do Estado-Maior do Exército, defendeu o que chamou de “desengajamento controlado” das forças Armadas.¹³

Em agosto de 1972, o emedebista Danton Jobim mencionou no Senado sobre o pronunciamento do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Breno Borges Fortes, por ocasião de uma solenidade de apresentação dos novos generais. A suposta vocação democrática das FFAA no Brasil passou a figurar na retórica oposicionista visando uma institucionalização com uma “valorização da classe política”. De acordo com Jobim,

“A cerimônia da apresentação dos novos generais, frisou ele [Fortes], afirmava o espírito de renovação dos quadros de Oficiais e confirmava o espírito democrático da instituição.(...) Por outro lado, o General Joaquim Fontoura Rodrigues, falando na solenidade, em nome dos novos oficiais generais, destacou a formação democrática do Exército e declarou que os recém-promovidos permaneceriam alerta ‘para que não seja necessária, outra vez, a interferência das Forças Armadas nos destinos políticos da Nação’.”¹⁴

No mês seguinte, seria a vez do também arenista Ruy Santos levar à tribuna do Senado um discurso feito por Orlando Geisel, chefe do Exército, em ocasião do Dia de Caxias. O irmão do futuro presidente Geisel, referindo-se às FFAA, disse que:

“Nada valeria o esforço de qualquer delas, se não prevalecesse, na motivação de todas, o sentimento da monolítica e invulnerável unidade que aceitou o desafio de 31 de março de 1964. (...) Unidade impermeável, resiste às insidiosas arremetidas de quem lhe procura fissuras por onde possa infiltrar o corrosivo da vaidade e da ambição. Unidade impessoal, sucedem-se os chefes em obediência ao princípio inelutável da renovação(...)”¹⁵

Percebe-se que a questão da unidade militar apareceu diversas vezes nas discussões parlamentares, em especial quando debatida a sucessão de Médici. Foi

¹³ A fala, de dezembro de 1971, foi reproduzida pela revista *Visão* em 3/7/1972. *Apud* MATHIAS, *Op. Cit.*, p.60.

¹⁴ *Anais do Senado*, 16 de agosto de 1972, p.3.

¹⁵ *Anais do Senado*, 06 de setembro de 1972, p.71.

novamente o oposicionista Danton Jobim, em comentário à questão da sucessão, que argumentou que:

“Sabemos todos que vivemos uma prolongada hora de exceção. O interesse geral é que haja uma sucessão tranqüila e que as Forças Armadas, de cujo seio vai sair o eleito, se mantenham unidas. Pior, muito pior seria para o País, e particularmente para todos nós, políticos, quer do Governo quer da Oposição, se se acendessem disputas em torno da sucessão, fora da órbita político-partidária e no interior dos quadros militares.”¹⁶

E acrescentou que somente uma ponte estendida entre as Forças Armadas e o mundo político poderia assegurar uma abertura democrática “prudente”. O mesmo Danton Jobim, em seu discurso de abertura do ano legislativo do ano anterior (1972), havia declarado que o presidente do MDB, Ulisses Guimarães, pretendia

“procurar a direção da Escola Superior de Guerra, a fim de que ‘a Oposição dê a sua contribuição aos estudos e análises realizados por aquele estabelecimento. Tratando-se de um centro de altos estudos e debates brasileiros – explicou o Deputado Ulisses Guimarães – não se pode compreender, nele, a ausência oposicionista’. (...) Partido realista como o MBD, e que realmente o somos, (...) percebe que (...) é preciso aparelhar a Nação para as grandes reformas que ou serão introduzidas a tempo ou elas, tumultariamente, se imporão por si mesmas.”¹⁷

Mas o debate da institucionalização também recebeu influências de outros intelectuais orgânicos, como o cientista político norte-americano Samuel Huntington, que seria um dos principais elaboradores da política da Comissão Trilateral.

É fato conhecido que na visita feita por Huntington ao Brasil em outubro de 1972 este se reuniu com o então Secretário do Gabinete Civil do presidente Médici, Leitão de Abreu. Do encontro que resultou a elaboração de um documento acerca das condições políticas brasileiras para uma descompressão, “Abordagens da descompressão política”, que circulou de forma restrita em 1973.¹⁸ O objetivo básico era fornecer aos estrategistas do regime brasileiro uma alternativa que promoveria a liberalização do regime da forma mais controlada possível, enquadrando o Brasil na nova agenda de democracias “fortes”.

¹⁶ *Anais do Senado*, 14 de junho de 1973, p.447.

¹⁷ *Anais do Senado*, 3 de abril de 1972, p.6.

¹⁸ Atualmente, encontra-se disponível no Arquivo do CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, Fundo Hebert José de Souza.

A questão sobre os militares na política era um grande tema na obra de Huntington, que naquele momento já havia incorporado a contribuição de Alfred Stepan, com o que este chamou de “novo profissionalismo”,¹⁹ um processo de padronização militar diferente do que existiu anteriormente, mais pautado pela própria influência dos EUA e dos conflitos da guerra fria.²⁰

Quando da visita, Huntington concedeu uma brevíssima entrevista à revista *Veja*, e foi questionado acerca do papel dos militares na política:

VEJA – Na sua opinião, o envolvimento de militares na política prejudica a sua profissionalização?

HUNTINGTON – Sem dúvida, mas só em certa medida. Porque, de um lado, a política tende a criar divisões e roturas nos quadros militares. Eu analiso isso em meu livro (*The soldier and the State*). Mas é preciso ver, também, como é particularmente sensível no caso brasileiro, que o senso de responsabilidade, que o militar está adquirindo em relação aos problemas nacionais, seus compromissos com o processo de transformação da sociedade, substitui aquele sentido da “velha profissionalização”, que foi apontado e classificado pelo professor Alfred Stepan, e com a qual eu concordo bastante. Os militares continuam, em suma, preocupados com a defesa nacional. E ainda não houve uma revolução para comprar mais armas.

Em artigo publicado anos depois,²¹ num trecho dedicado especialmente ao Brasil, Huntington afirma que o país é o exemplo mais exitoso de democratização introduzida a partir de cima por uma elite militar que realizou-se da necessidade de mover-se em direção à democracia, por isso seria impossível localizar o ponto exato onde o Brasil deixou de ser uma ditadura e passou a ser uma democracia. A transição brasileira à democracia teria sido uma obra-prima de toldado incrementalismo, e a ciência política teria tido seu modesto papel neste processo, enquanto que a liderança militar que guiou a transição teria estado atenta às experiências de outros países e sensível à necessidade primeira de encorajar a distensão e a abertura da sociedade, assim como para minimizar a probabilidade de “polarização extrema”, procedendo para isso muitas vezes na base do “*dois passos à frente, um atrás*”. Segundo Huntington,

¹⁹ STEPAN, Alfred. *Os militares na política: nas mudanças de padrões na política brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

²⁰ Trata-se de qualquer forma de duas abordagens de cunho teórico liberal, pois pressupõem que “normalmente”, ou num patamar ideal, não haja um papel propriamente político para os militares.

²¹ HUNTINGTON, Samuel. “One soul at a time: political science and political reform”. In. *American Political Science Review*. Vol. 82, Nº 1, March 1988.



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO

ISBN 978-85-65957-00-7

Golbery era um membro de longa data da *American Political Science Association*; ele e outras figuras-chave no processo de democratização solicitaram conselhos de cientistas políticos²².

²² HUNTINGTON, S. *Op Cit.*, p.7.